

A hora da verdade

17 OUT 1981

Não deverá reproduzir-se o carnaval populista encenado no Congresso por ocasião do repúdio ao primeiro decreto-lei promulgado para permitir a renegociação da dívida externa. Há senadores e deputados do PDS dispostos a formular alternativas à proposta do Executivo. Anuncia-se que o Sr Presidente da República e os seus Ministros se dispõem a estudá-la.

Antes assim. Na undécima hora, à vista do iminente colapso financeiro do Brasil, o que importa é retirar os títulos dos cartórios de protesto. O País não poderá prosseguir na acumulação a granel de promissórias atrasadas. Não é preciso ser banqueiro, advogado ou economista para facilmente compreender que a indefinição, a procrastinação infundada por parte de quem deve comporta o inevitável risco de falência. A declaração de **inadimplente**, aplicada à nossa pátria, exporia a arresto bens e haveres nacionais no exterior. A vida econômica hibernaria. Ondas de desemprego submergeriam em desordem as grandes cidades. A "abertura" estaria com os dias contados.

A abjeta demagogia de políticos inescrupulosos impede a alguns brasileiros de boa fé, mas simplórios, compreender com nitidez a verdadeira essência da questão. Não está em causa decidir entre amar ou odiar o FMI. O que se impõe é reconhecer não haver outro meio, para ganhar tempo e preservar o regime representativo, senão pelo apoio internacional ao esquema de renegociação da dívida.

A moratória unilateral ou o repúdio da dívida externa — o calote — como irresponsavelmente propagam o economista Celso Furtado e o não menos desencaminhado Senador Braga, do PDT fluminense, fecharia o Brasil entre suas fronteiras e exporia as nossas frágeis instituições ao assalto de aventureiros da esquerda e da extrema-direita — que vêm a ser a mesma cousa. O apoio às teses isolacionistas, manifestado em vários pontos do espectro político, é expressivo da confusão ideológica de nossos partidos. Apenas movidos pelo sentimento menor de opor-se sistematicamente ao Governo, há conservadores, há liberais — além dos inevitáveis oportunistas — que se deixam envolver pela torva e descerebrada campanha sem se advertirem de que assim concorrem em favor de quantos aspiram à liquidação totalitária do atual regime.

Há também os desalumiados que acham boa a estatização — causadora da dívida — e agora hasteiam a bandeira da falência fraudulenta no mastro maior do "nacionalismo". Tais pândegos geralmente já engurgitaram as empresas oficiais, diretamente ou através da parentela, ou então incluem-se entre os opositores que aspiram a recheá-las devidamente quando houver revezamento no poder. Todos unidos compõem o bordalengo bando que propugna o endividamento incessante e a concomitante cessação do pagamento das dívidas.

Não há maneira de ganhar tempo, permitimo-nos repetir, senão com a pausa da renegociação. O nosso país tem urgente necessidade de uns 11 bilhões de dólares até fins do ano que vem. O total de vencimentos nesse período é de cerca de 19 bilhões de dólares. Os nossos negociadores esperam obter a prorrogação de pagamento do principal e limitar os desembolsos à liquidação de juros. O Brasil já manifestou ao Clube de Paris a intenção de reescalonar débitos orçados em 2 bilhões de dólares, aproximadamente, resultantes de transações de governo a governo, que se vencerão entre o fim deste e o do próximo ano.

No decorrer da pausa que for obtida, ter-se-á tempo de divergir do Governo. Se não houver a pausa, não haverá Governo, que desaparecerá na voragem da mais alucinante e explosiva das espirais inflacionárias, perto da qual a inflação alemã do primeiro pós-guerra será apenas um acidente de tráfego.

A trégua indispensável permitirá a cada qual expressar-se como melhor lhe parecer. Haverá socialistas, morenos e de outras pigmentações, a dizerem que a Petrobrás deverá tornar-se ainda maior. E idílicos liberais, exemplo do autor destas linhas, que prosseguirão na velha cantilena segundo a qual o futuro de nossa pátria será sombrio, se a sociedade não se convencer, finalmente, de que os monopólios estatais são excelente negócio para a estatocracia e uma desgraça para as nações que devem suportá-los. (A Petrobrás vem de completar 30 anos. O petróleo **não** é nosso. A gasolina está cada vez mais cara. A Petrobrás cada vez ganha mais dinheiro. Os brasileiros estão cada vez mais pobres.)

No decorrer da trégua imprescindível talvez apareça no Congresso algum deputado ou senador a lembrar que o monopólio estatal do petróleo foi além dos limites da legislação que o instituiu. Illegalmente apropriou-se de atividades que não lhe competiam. Providências legislativas com vistas a reduzi-lo às dimensões originais, a serem então propostas, constituiriam um primeiro passo a dar-se para libertar-nos do trustee opressor. (A civilizada Inglaterra, cuja população sabe ler e escrever e em cujo Parlamento não há representantes da idade neolítica, vem de pôr à venda 130 milhões de ações ordinárias da British Petroleum a fim de mobilizar 500 milhões de esterlinas, cerca de 750 milhões de dólares, para ajudar o Tesouro na redução do déficit orçamentário do exercício em curso. A

Otavio Tirso de Andrade

Economia
Brasil

operação reduzirá de 39% a 32% a participação do Estado britânico na aludida companhia.)

A imensa dívida externa brasileira, resulta, primordialmente, do gigantismo do Estado e de suas empresas. Não é justo impor à sociedade a liquidação dos compromissos apenas através de maiores tributos e contenção salarial. A deixar-se incontido o crescimento do estatismo e da máquina burocrática, os brasileiros perderão os últimos resquícios de liberdade. No ano de 1984, ter-se-ão tornado a encarnação viva da profecia de George Orwell, ao passarem a trabalhar e viver exclusivamente em função dos interesses do **Big Brother**, ou seja, do Estado, de suas pompas e suas glórias — e de suas casas de negócios e negociatas.

A luta contra a estatização, a ser empreendida desde o primeiro dia da trégua, deve ser acompanhada pelo exame público das cláusulas aceitas para a renegociação da dívida, a fim de torná-la suportável, pois a premência sob a qual transcorre há de resultar em condições onerosas. O mercado financeiro internacional proporciona grandes lucros aos bancos que nele trabalham. As renegociações geralmente ensejam o pagamento de comissões substanciais e acréscimos nas taxas de juros. Impõe-se um dia obter reescalonamento que não torne insuportável o peso da dívida. Tal desiderato não se alcança depressa e facilmente. O Governo do Sr João Figueiredo procrastinou imprudentemente o equacionamento do problema da dívida externa. Ainda poucos dias antes da reunião do FMI, durante a qual a crise do México veio a furo, o Sr Galvães e o Sr Langoni — que agora quer fazer-se de oposicionista — anunciam alto e bom som que o Brasil vivia no melhor dos mundos e eram périgosos ou tolos os que recomendavam renegociar a dívida. A ida ao FMI era fulminada com anátemas. Afinal, o Sr Delfim Neto, ministro que comandou as importações maciças de dinheiro emprestado, sob o Governo Médici, foi encarregado pelo Sr João Figueiredo de chefiar a empreitada da renegociação. (No México, ocorreu algo parecido. O Sr Herzog era Ministro sob o Sr Lopes Portillo, que acreditou no milagre do "petróleo é nosso", e agora renegocia a dívida mexicana a mando do Sr de la Madrid. Lemos isto em *Le Monde*.)

Tão logo desapareça a ameaça da falência, ou seja, da declaração de inadimplência, o Brasil deve tentar obter prazos maiores para liquidação das dívidas externas — vinte a trinta anos, pelo menos — e taxas de juros que não incluam os atuais ágios sobre o mercado interbancário. Afinal de contas, a ajuda que o País requer aos emprestadores não pode resultar em tornar-nos, a todos, muito mais pobres do que somos.

O alibi da construção de um Estado supostamente moderno e intensamente intervencionista, agente principal do desenvolvimento, facilitou aqui e nas jovens nações africanas a criação de uma gigantesca burocracia, hipertrofiada e aladroadra, mantida à custa de empréstimos, de impostos crescentes e da exploração de monopólios injustificáveis. Na hora da verdade, quando a conta dos malabaratos, da megalomania e da incompetência é apresentada ao povo, as lideranças democráticas têm que se empenhar com firmeza e perseverança no combate à estatização e no propósito de liquidar implacavelmente os monopólios públicos. A democracia jamais terá vigência onde 75% da atividade econômica tocam ao Governo e a seus agentes — como ocorre entre nós. Além do mais, é perigosamente subversiva a macaqueação do protocapitalismo, o da fase predatória, em que se esmeram as estatais e o próprio Governo. A pernóstica suntuosidade da vida dos altos funcionários na Capital Federal e a indiferença estatal pelo ser humano expressa, por exemplo, no abandono dos nordestinos e do povo das favelas, constituem uma das provas, entre mil, da insensibilidade, da alienação do "sistema" sob o qual vivemos por obra e graça de colégios eleitorais amestrados. Não apenas o gigantesco endividamento do Brasil trouxe-nos a estatização. A irresponsabilidade dos que usufruem o regime de privilégios discriminatórios é uma das causas principais do relaxamento moral da sociedade e do nivelamento por baixo da representação política.

A revista Time contou-nos, recentemente, em sarcástico ensaio sobre o esnobismo, uma oportuna anedota de Chamfort. Havia na França, ao tempo de Luís XIV, um nobre obcecado pela idéia de imitar Versalhes em todos os pormenores. Ao andar certo dia em torno da imensa construção erguida pelo "Rei Sol", notou o aristocrata que um fortíssimo cheiro de urina humana desprendia-se das paredes do palácio. Ao regressar à província o **snob** não hesitou. Mandou a parentela e todos os empregados urinarem copiosamente, durante meses a fio, nos muros de seu castelo.

O nosso capitalismo estatal, erigido com dinheiro emprestado e modelado sobre o esqueleto fóssil dos extintos mastodontes contemporâneos do primeiro Rockfeller, também só reproduz entre nós o que há de condenável e mal oloroso no metabolismo das grandes corporações despolicidias.

Aí está no que deu a leitura, por inexpertos, de manuais supostamente didáticos gênero *Tornei-me Capitalista em Doze Lições*.

Otavio Tirso de Andrade é Jornalista.